

REVISTA BRASILEIRA DA

Habitação



ANO 7 • Nº 8 • NOVEMBRO/2015

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO E
FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- ARTIGO | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS CONTAS DO FGTS PODE PREJUDICAR PROGRAMAS SOCIAIS
- PROJETOS PREMIADOS COM O SELO DE MÉRITO EM 2015 REVELAM PREOCUPAÇÃO COM A QUALIDADE

Fórum Nacional

Maior evento de habitação de 2015 foi realizado em Campinas

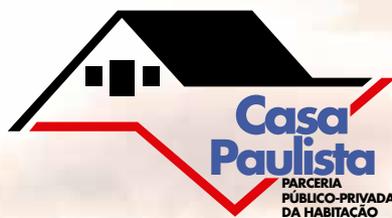


ENTREVISTAS

Ministro Kassab; Maria do Carmo, Presidente da ABC; e José Carlos, Presidente da CBIC, falam sobre as perspectivas para o PMCMV



A PRIMEIRA PPP DA HABITAÇÃO VAI CONSTRUIR 14 MIL NOVAS MORADIAS NO CENTRO DE SÃO PAULO.



O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Habitação, está tirando do papel a primeira **PPP da Habitação** de interesse social do Brasil. O projeto, considerado um dos mais inovadores do País, prevê investimentos público-privados na requalificação urbana do centro expandido da capital paulista. Neste primeiro momento, a PPP viabilizará a construção de **3.683 moradias populares**, nos bairros do Bom Retiro, Barra Funda, Pari, Canindé, Luz e Bixiga. Dessa forma, incentivaremos o uso misto dessas regiões, oferecendo habitação, comércio, serviços, equipamentos públicos e áreas livres. Ao todo, serão construídas **14 mil** moradias no centro da capital, beneficiando as famílias trabalhadoras da região, de diferentes faixas de renda. É o Governo do Estado levando mais moradia e qualidade de vida para o povo paulista.



REVISTA BRASILEIRA DA

Habitação

ANO 7 • Nº 8 • NOVEMBRO/2015



26 SELO DE MÉRITO

12 projetos venceram nas três categorias da premiação

22 ENTREVISTA

No PMCMV, a prioridade para 2016 é concluir obras já contratadas



FÓRUM NACIONAL 12

Qualidade na habitação é o tema mais debatido no maior evento do setor de habitação social do Brasil



CASOS DE SUCESSO 30

COHABs e Secretarias realizam inclusão urbana, social e sustentabilidade ambiental



6 ENTREVISTA

MARIA DO CARMO,
PRESIDENTE DA ABC

As prioridades da nova gestão da entidade

4 EDITORIAL

Perspectivas do PMCMV

10 ARTIGO

O FGTS garante mais investimentos

REVISTA BRASILEIRA DA
Habitação

ANO 7 • Nº 8 • NOVEMBRO/2015

ISSN 2176-5693

A REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO
É UMA PUBLICAÇÃO DA ABC E DO FNSH DU

SCN Quadra 1, Bloco E, Edifício Central Park, 1907,
CEP 70711-903, Brasília/DF, Telefone: (61) 3327.2003,
Fax: (61) 3327.2006, contato: abc@abc.habitacao.org.br

EXPEDIENTE

Coordenação geral: **Nelson Nicolau Szwec**

Jornalista responsável: **Edson de Andrade Lima**
(MTB 9688DF) • Colaboração: **Cecília Parlato** e
Tayane de Paula • Projeto gráfico e diagramação:
Grifo Design • Revisão: **Denise Goulart** • Fotos:
Divulgação ABC e banco de imagens • Impressão:
Gráfica Brasil • Tiragem: **15 mil exemplares**.
Distribuição gratuita para todos os estados
e municípios brasileiros.

**DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO (ABC)**

Presidente:

Maria do Carmo Avesani Lopez (Agehab/MS)

Vice-presidente Administrativo e Financeiro:

Luiz Antônio Stival Milhomens (Agehab/GO)

Vice-presidente de Programas Habitacionais e

Arranjos Institucionais: **Emília Correia Lima** (Cehap/PB)

Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico:

Claudius Vinicius Leite Pereira (Cohab Minas/MG)

Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro
de Habitação: **José Jaques Namur Yazbek** (Agehab/GO)

Diretor Regional Norte:

João Claudio Klautau (Cohab/PA)

Diretor Regional Nordeste:

Marcos Baptista Andrade (Cehab/PE)

Diretora Adjunta Regional Nordeste:

Gilvana Gayoso Nobre Freitas (ADH/PI)

Diretor Regional Centro-Oeste:

Gilson Paranhos (Codhab/DF)

Diretor Regional Sudeste:

Marcos Rodrigues Penido (CDHU/SP)

Diretor Adjunto Regional Sudeste:

Silvio Geraldo Martins (Cohab Ribeirão Preto/SP)

Diretor Regional Sul:

Dino Shрутt (Prolar Ponta Grossa/PR)

Diretor Adjunto Regional Sul:

Everton Braz (Demhab Porto Alegre/RS)

Secretário Executivo: **Nelson Nicolau Szwec**

CONSELHO FISCAL:

Presidente: **Maurício Queiroz Prado** (Cohab Santos/SP)

José Roberto Hoffman (Cohab Londrina)

Abelardo Lupion (Cohapar Paraná)

Simone Ferreira Muniz (Emhab Campos dos Goytacazes)

As expectativas do PMCMV 3

Maria do Carmo Avesani Lopez

Presidente da Associação Brasileira de Cohabs – ABC

Criado em 2009 como importante instrumento para enfrentar os efeitos da crise econômica mundial, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV foi responsável pelo maior ciclo de investimento em habitação na história do Brasil. Com o setor privado da construção civil colocado na condição de grande protagonista, driblou-se a burocracia estatal, investindo, até setembro de 2015, 240 bilhões de reais, o que garantiu a contratação de 3,7 milhões de moradias, a criação de 1,4 milhão de empregos, respondendo por um importante percentual do aquecimento econômico do país.

Decorridos seis anos sem abrir mão do modelo exitoso, o governo demonstra preocupações com os efeitos urbanísticos e sociais da construção em larga escala e preparou, para a terceira etapa do programa, um conjunto de inovações visando à sustentabilidade dos empreendimentos.

Esta, aliás, vinha sendo uma grande preocupação da ABC desde o ano de 2013, quando pautou a discussão sobre a sustentabilidade no 60º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social e aprofundou a discussão do tema em 2014 e 2015. Ao mesmo tempo, passou a incluí-lo como critério de julgamento dos projetos concorrentes ao Selo de Mérito.

Um dos aspectos centrais das inovações para o PMCMV-3 diz respeito à qualidade da construção, que deve atender à norma de desempenho NBR-15.575. Essa inovação, que reputamos muito bem-vinda, acarretará um custo adicional ainda não totalmente dimensionado pelo governo.

Temos uma grande preocupação com o aumento desses custos que irão advir da norma de desempenho, e esperamos que este acréscimo componha os valores dos limites de repasse Governo Federal, uma vez que os estados e os municípios já estão contribuindo com terreno e complementação financeira para viabilizar a faixa 1, principalmente nos grandes centros. Considerando a atual conjuntura econômica, será um enorme desafio atingir a nova meta de contratar três milhões de moradias até o ano de 2018.

“A Norma de Desempenho trouxe uma nova obrigação para os projetistas, que a partir de agora devem estabelecer a Vida Útil do Projeto (VUP) de cada um dos cinco sistemas que a compõem. Além disso, o projetista deve descrever quais as ações de manutenção e em qual periodicidade devem ser realizadas para que a vida útil do projeto seja preservada.”



Carlos Del Mar • Advogado, Membro da Comissão de Estudos da Norma de Desempenho NBR 15.575



“A Norma de Desempenho inaugurou no Brasil um processo de aprendizado na construção civil. Mudou o conceito de que o que era importante em uma edificação era a boa funcionalidade dos componentes. A partir de agora, os sistemas devem ter um bom desempenho durante toda a sua vida útil, com todos os materiais agregados funcionando.”

Orestes Gonçalves • Professor da Faculdade Politécnica da USP e membro da Comissão de Estudos da NBR 15.575

“A maior contribuição das Cohabs e Secretarias estaduais e municipais é intervir de maneira positiva no desenho arquitetônico e urbanístico da cidade. A convergência de ideias entre a sociedade, academia e agentes públicos é importante para o processo de melhoria da produção habitacional. É preciso se preocupar com a qualidade não só da porta para dentro, mas também com a cidade ao redor.”



Marcos Baptista Andrade • Presidente da Cehab Pernambuco e Diretor da região Nordeste da ABC



“Grande parte dos empreendimentos do PMCMV foi construída na periferia das cidades, e as pessoas são deslocadas para regiões distantes de serviços e oportunidades de cultura e lazer. A família de baixa renda se ampara muito em sua rede social. É importante preservar o conceito de comunidade e também viabilizar atividades econômicas no empreendimento para a sustentação financeira das famílias.”

Cristiane Guinancio • Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB

“O Brasil está bem atrasado na questão da qualidade na construção e nós tivemos muitos problemas na execução do PMCMV por isso. A Norma de Desempenho traz parâmetros legais para a melhora da qualidade. Mas é preciso que haja um processo de transição dos projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida para que todos se adéquem aos requisitos mínimos de desempenho. Com a publicação do catálogo de subsistemas, vamos perceber que muitos projetos que já estão prontos não cumprem as novas exigências. Isso poderá atrasar o andamento do programa.”



José Antônio Costa Cintra • Representante da ABC no CTECH/PBQP-H

Conheça nossas soluções para embasamento de Regularização Fundiária de Interesse Social e Reurbanização de Assentamentos Urbanos Degradados (Favelas)

Nos últimos 10 anos a BASE tem desenvolvido metodologias, utilizando processos aerofotogramétricos, para representar o território urbano no intuito de atender a demanda do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNUD no âmbito da regularização fundiária de interesse social (Lei no 11.977/2009 e na reurbanização de Assentamentos Urbanos Degradados (Favelas).

A metodologia desenvolvida atende, com rapidez, acurácia e qualidade comprovada, a representação do território e ainda registra através de imagens o estado de ocupação da área de interesse.

Exemplo Regularização Fundiária de Interesse Social



Exemplo: Reurbanização de Assentamentos Urbanos Degradados (Favelas)



Componentes da solução:

- ♣ Cobertura aerofotogramétrica digital com GSD de 6 a 5 cm
- ♣ Implantação de pelo menos 2 vértices geodésicos na área de interesse.
- ♣ Geração de base cartográfica vetorial planialtimétrica cadastral, em escala 1:500.
- ♣ Geração da base cartográfica raster (ortofotocarta) para registro da ocupação na data da realização da cobertura aerofotogramétrica.
- ♣ Todos os trabalhos são georreferenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro - SGB.
- ♣ Rapidez, segurança, qualidade e valores acessíveis.

Venha conhecer



Rua Marques de Lages, 1027 - Vila das Mercês - São Paulo - SP
Fone: +55 11 2948-9900 - Fax: +55 11 2946-4059
www.baseaerofoto.com.br - info@baseaerofoto.com.br



Maria do Carmo Avesani Lopez

Presidente da ABC

A nova presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez, tem uma vasta lista de serviços prestados à habitação de interesse social no Brasil. Engenheira civil de formação, foi Superintendente da Secretaria de Habitação e Infraestrutura do estado do Mato Grosso do Sul, de 2000 a 2002, gerente da Agehab-MS, de 2003 a 2005, e, posteriormente, sua presidente.

Em 2008, assumiu o cargo de Gerente de Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, onde respondeu pelo acompanhamento das obras do PAC. Ainda no Ministério das Cidades, entre 2011 e 2014, respondeu pela Diretoria de Produção Habitacional da Secretaria Nacional de Habitação.

A partir de janeiro deste ano, voltou ao estado de Mato Grosso do Sul, na condição de Secretária de Habitação e Presidente da Agência de Habitação do Estado.

Nesta entrevista à Revista Brasileira da Habitação, Maria do Carmo fala sobre as suas prioridades à frente da ABC e sobre as expectativas para a terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida.

REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO – Como presidente da ABC para o biênio 2015/2017, quais são as prioridades da sua gestão?

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ – A diretoria anterior fez um excelente trabalho e vamos dar continuidade, promovendo ações no âmbito político e administrativo de modo que os agentes públicos que dirigem as Companhias, as Agências e as Secretarias de Habitação nos estados e municípios tenham um papel cada vez mais importante na participação das diretrizes da política habitacional do Brasil, tendo em vista que já desempenham esse papel na execução dos programas.

Também a busca pela equação de uma solução para as dívidas das Cohabs e das Agências junto ao FGTS e ao Tesouro Nacional continuará sendo prioridade para a ABC, porque essa situação está sufocando financeiramente os estados e municípios, que são os controladores desses entes e, em

consequência, impedindo maior investimento em habitação.

RBH – Poderia explicar melhor o que são essas dívidas?

MCAL – Como agentes financeiros do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), as Cohabs construíram quase 2 milhões de moradias. Para isso, tomaram dinheiro emprestado do FGTS. Os recursos para pagamento dessas dívidas vêm do recebimento das prestações como os bancos fazem até hoje. Acontece que no caso dos empréstimos do BNH, para não onerar o comprador das casas no período de inflação alta, o Governo Federal reduziu o valor das prestações. Isso fez com que o valor pago ficasse menor do que o saldo devedor da dívida. Para compensar essa defasagem, foi criando o FCVS (Fundo de Compensação de Variação Salarial). Assim, as Cohabs e as Agências são credoras do FCVS. Porém, enquanto a dívida contratada deve ser paga rigorosamente em dia, o reconhecimento do crédito depende de uma enorme burocracia a ser cumprida pelas Cohabs e Agências. A CAIXA, que responde pelo Governo Federal nesse processo e que analisa essa documentação, prevê um prazo de mais 30 anos para concluir toda a análise.



"OS ESTADOS E MUNICÍPIOS TÊM SIDO PARCEIROS DO GOVERNO FEDERAL PARA GARANTIR O ATENDIMENTO DA FAIXA 1 DO PMCMV."

RBH – Em 2015, a ABC promoveu o maior evento do setor da habitação e tem um posicionamento histórico em defesa da habitação de interesse social. Em sua opinião, quais foram os destaques da atuação da ABC este ano?

MCAL – Como desdobramento do Fórum, realizamos dois ciclos de seminários: no primeiro, foram quatro reuniões voltadas para a discussão das normas do PMCMV 3, quando tivemos a participação de representantes de 20 estados brasileiros e de diversos municípios, promovendo um proveitoso diálogo com o Ministério das Cidades e com a CAIXA, apresentando e discutindo

sugestões que foram incorporadas às novas normas do PMCMV-3. Outras sugestões ainda estão em debate. O segundo ciclo de seminários refere-se às políticas de administração de crédito das Cohabs e das Agências, com a perspectiva de socializar as soluções encontradas para manter altos índices de adimplência dos adquirentes de moradias desses entes públicos.

Em outra frente, nos engajamos, juntamente com outras entidades, na luta em defesa dos recursos do FGTS para garantir o PMCMV.

RBH – A presidente Dilma Rousseff anunciou uma meta de contratações de três milhões de unidades habitacionais em todo o país até 2018. Qual é a expectativa do setor público de habitação para essa etapa do programa? Quais as principais dúvidas e preocupações em relação à execução do Minha Casa, Minha Vida?

MCAL – Os estados e os municípios têm sido parceiros do Governo Federal, tanto na operação do programa quanto no aporte direto de recursos financeiros para garantir o atendimento à faixa 1. A redução de receitas e a indefinição sobre as perspectivas de recursos federais para novas contratações em 2016 nos preocupam. Nossa principal dúvida é se haverá recursos para cumprir as metas. Também vemos com preocupação a aprovação do PL 4566-B na Câmara Federal, que reduz a capacidade do FGTS para oferecer subsídio à habitação e provoca o aumento da taxa de juros para os financiamentos para baixa renda. Se esse projeto for aprovado no Senado e sancionado pela presidente, a situação ficará mais grave.

RBH – O PMCMV pode contribuir para enfrentar a crise econômica que vive o país?

MCAL – O PMCMV tem o grande mérito de ao mesmo tempo em que atende às famílias de baixa renda com moradia digna e infraestrutura, promove o emprego e contribui para o crescimento econômico. Nessa ótica, fortalecer o programa é enfrentar a crise.

RBH – Em sua opinião, qual é o papel das Companhias e Agências Públicas de Habitação no cenário nacional? Acredita que está sendo aproveitado todo o seu potencial e expertise?

MCAL – As Companhias e as Agências de Habitação (que muitos tratam de uma forma genérica como Cohabs) são entidades públicas da Administração Indireta, e contam com equipes técnica, administrativa e financeira próprias, especializadas no atendimento habitacional para a população de baixa renda e uma história de 50 anos. Mesmo com as dificuldades financeiras a que me referi, estão atuantes em 15 estados e nove municípios brasileiros, sendo o órgão operador da política habitacional na sua unidade federativa e estão aptas a firmar parcerias também com o Governo Federal e com a CAIXA. Algumas inclusive se mantêm sem nenhum recurso a fundo perdido do estado ou município, pois administram suas carteiras imobiliárias próprias e mantêm contratos de prestação de serviços com entes públicos e privados. Nos casos em que os estados e municípios aportam recursos financeiros, aumenta o potencial desses órgãos. Portanto, é inegável que essas estruturas podem contribuir com o PMCMV. Aliás, atualmente, uma lacuna no PMCMV é o atendimento aos municípios com população de até 50 mil habitantes, onde essas companhias têm tido uma atuação muito positiva, inclusive na qualidade de agentes financeiros na modalidade oferta pública.

Cortes no Orçamento de 2016 afetam o PAC

O Governo Federal anunciou um corte de R\$ 26 bilhões no Orçamento de 2016. Mais de R\$ 8,5 bilhões serão retirados do orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Durante o anúncio, o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, destacou que a maior redução será no PMCMV, que perderá R\$ 4,8 bilhões. A intenção do governo é retirar do Orçamento as despesas com o programa integralmente custeadas pela União e direcionar parte delas para o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.



Projetos de lei visam reduzir despesas das Cohabs

Dois projetos de lei do deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR) tramitam no Congresso Nacional desde o ano passado. O PL nº 7386/2014

propõe a isenção da contribuição PIS, Cofins e IR dos repasses que os estados e municípios fazem às Cohabs para a manutenção das suas despesas de custeio. E o PL nº 6.086/2013 propõe a inclusão das Companhias de Habitação entre os agentes que devem ter isenção de contribuição à Seguridade Social, no caso de construção de forma isolada ou em conjuntos habitacionais, desde que seja observado o limite de 70 metros quadrados. Esse benefício já é concedido ao cidadão que constrói a sua casa por autoconstrução ou em regime de mutirão.

BNDES aumenta em 5% financiamentos para infraestrutura

O setor de infraestrutura foi um dos menos impactados com as reduções de financiamentos do BNDES. Mesmo diante da queda de desembolsos prevista para esse ano, o setor vai receber mais recursos que em anos anteriores, com aumento de 5% em relação a 2014 – a informação é do diretor, João Carlos Ferraz. Segundo ele, o aumento dos desembolsos em infraestrutura reflete o potencial da economia brasileira e mira no crescimento sustentado.

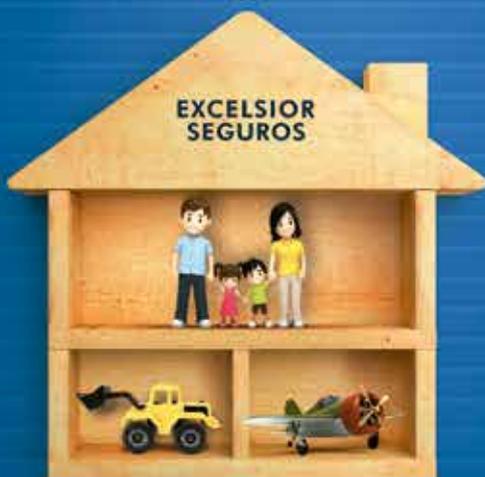


Investir em energia solar custa 8 vezes menos que em termelétricas, diz WWF

A WWF Brasil – representação brasileira de uma das mais importantes organizações mundiais comprometidas com a conservação da natureza – divulgou um estudo que mostra que a substituição do uso de energia fornecida por usinas termelétricas pela de geração fotovoltaica (energia solar) poderia gerar uma economia de R\$ 150 bilhões em um período de cinco anos. De acordo com o WWF, subsidiar a energia fotovoltaica em vez da termelétrica emergencial – usada atualmente diante da diminuição da geração hidroelétrica – é oito vezes menos custoso. A substituição da energia termelétrica pela fotovoltaica, no entanto, ainda enfrenta o entrave da falta de financiamento no país.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS:

HÁ 70 ANOS, CUIDANDO DO
SEU PATRIMÔNIO, DA SUA
FAMÍLIA E DA SUA VIDA.



Excelsior Seguros - Matriz

Av. Marquês de Olinda, nº 175 - Recife Antigo

Recife-PE | CEP: 50.030-000

Fone/Fax: (81)3087.9200 / (81)3087.9262

excelsior@excelsiorseguros.com.br



Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves

Consultora da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e membro do Grupo de Apoio Permanente do Conselho Curador do FGTS

FGTS hoje e amanhã

EM 2016, O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, O FGTS, COMPLETARÁ 50 ANOS E TERÁ UMA HISTÓRIA DE SUCESSO E DE MUITAS LUTAS A CONTAR

Ao longo dos anos, é possível visualizar a importância da aplicação dos recursos do FGTS em financiamentos de milhões de unidades habitacionais distribuídas em todo o território, obras de saneamento incluindo captação, reservação, tratamento e distribuição de água potável, além da implantação de sistema de esgoto sanitário priorizando o tratamento dos efluentes e infraestrutura no financiamento para as linhas de metrô e de BRT, na execução de linhas expressas para transporte público, que geram melhorias na qualidade de vida, além da geração de empregos provenientes dos investimentos do Fundo.

Passou pela mudança de gestão com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, pela unificação das contas dos trabalhadores, em 1990/1993, pela contratação de operações acima de sua capacidade, de 1993 a 1995, pela correção das contas dos trabalhadores em razão dos “expurgos inflacionários” – “Planos Collor” e “Plano Verão” –, entre 2001 e 2012.

Mantém uma gestão baseada na transparência, com rigoroso acompanhamento de seus orçamentos, e buscando sempre resultado social e realimentação através da geração de postos de trabalho formais. Conquistou o reconhecimento da sociedade.

Entre 2013 e 2014, a CAIXA fez uma pesquisa de satisfação entre os trabalhadores que foram às agências para sacar seu FGTS. No universo pesquisado, estavam os que procuraram as casas lotéricas, os empregadores e os que sacaram FGTS para a compra da casa própria. Uma das questões pedia ao entrevistado que de 1 a 10 atribuísse uma nota sobre a importância do FGTS para a população brasileira. A menor nota foi 9,07. Foram entrevistados 15.132 cidadãos, com abrangência nacional.

Novas demandas estão apresentadas

Uma demanda legítima é a necessidade de melhorar a remuneração das contas vinculadas dos trabalhadores face ao cenário de inflação e juros altos com que convive atualmente a economia brasileira. São duas as alternativas de solução. Uma, estabelecida no PLS 103/2015, propõe a elevação da taxa de juros que remunera as contas vinculadas de 3% + TR para 6% + TR, e a outra estabelece a distribuição a cada exercício do resultado obtido no anterior. Ambas atingem o objetivo de melhorar a remuneração das contas vinculadas.

A adoção da mudança de taxa de juros transformará o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em fundo financeiro, obrigando-o a deixar de buscar resultados sociais para obter a rentabilidade necessária para cobrir seus custos e manter uma reserva, conforme dispõe o Art. 13 da Lei 8.036/1990. Os mais impactados por tal medida serão os programas associados às políticas públicas nas áreas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, que perderão a destinação do FGTS, recursos privados e não públicos que dispõem hoje do benefício de não impactar as contas públicas.

"O GRANDE DESAFIO É MANTER O FGTS – FUNDO PRIVADO, MAS SOB GESTÃO PÚBLICA – SAUDÁVEL EM UM AMBIENTE DE FALTA DE RECURSOS GOVERNAMENTAIS."

A saúde financeira do Fundo, que orgulha a todos os trabalhadores, donos dos recursos, também tem sido demandada para solucionar dificuldades financeiras de agentes públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES e Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

No exercício de 2015, foram solicitados recursos da ordem de R\$ 10 bilhões para empréstimo ao BNDES via FI FGTS, cuja operação, por não ser prevista, requereu a excepcionalização de itens específicos do seu Regimento Interno. Na última reunião do Conselho Curador do FGTS – CCFGTS, foi aprovada operação com o FAR, também fora do escopo do Fundo, envolvendo R\$ 8,1 bilhões em valor não retornável.

Os Conselheiros entenderam que dado o contexto financeiro e político atual do Brasil, o FGTS tem condição de ajudar e deve fazê-lo, especialmente, para manter empregos e permitir a retomada do crescimento econômico do país.

O grande desafio é manter o FGTS – fundo privado, mas sob gestão pública – saudável em um ambiente de falta de recursos governamentais. Não bastasse a gestão pública, o governo detém o maior número de votos no CCFGTS, conferindo-lhe um privilégio na apresentação de propostas e na aprovação de matérias de seu interesse.

Cabe a cada cidadão e à sociedade de forma coletiva defender a aplicação dos recursos do FGTS como *funding* para as políticas sociais para o desenvolvimento das cidades onde moramos e trabalhamos. ■



Rua Sete de Setembro, 403 - Vila Industrial
Campinas - SP - CEP 13035-350
Tel. (19) 3273-3799 / Fax. (19) 3273-1509

www.gabengenharia.com.br
e-mail: gab@gabengenharia.com.br

A GAB Engenharia atuou em mais de **100** municípios brasileiros, auxiliando na regularização fundiária de mais de **16.700** unidades habitacionais.

Também atua em: engenharia consultiva; agrimensura; avaliação de imóveis; fiscalização e gerenciamento de obras; gerenciamento social; projetos técnicos sociais; estudos ambientais; projetos de parcelamento do solo.



levantamento topográfico . caracterização e diagnóstico . gestão social democrática e participativa . mobilização e cadastro social . plano de regularização . projeto urbanístico . projeto de recuperação de áreas degradadas . assessoria técnica-jurídica . retificação . demarcação . unificação

A G&A já atuou em mais de **70** municípios brasileiros, e auxiliou na regularização fundiária de mais de **12.200** unidades habitacionais.

Atua também em: supervisão de obras e empreendimentos imobiliários; planos diretores; planos de negócios; projetos executivos e detalhamentos; pesquisas e análises sócio-econômicas; gestão condominial, projetos de trabalho técnico social.



Rua Boa Vista, 314 - 7º andar - Conjunto G
Centro - São Paulo - SP - CEP 01014-000
Tel. (11) 3105-1253

e-mail: gadelhoassociados@terra.com.br

Fórum foi o maior evento de habitação do Brasil em 2015



O Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, promovido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação, de 30 de junho a 2 de julho, em Campinas se consolidou, em 2015, como o maior evento de habitação do Brasil. Em sua 62ª edição, reuniu mais de 600 gestores do setor. Todos os 26 estados, o Distrito Federal e 74 municípios foram representados.

O Ministro das Cidades, Gilberto Kassab; a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães; o então Vice-presidente da CAIXA, Teotônio Rezende; o desembar-

gador e representante da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, Venício Salles; o Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, e o Prefeito em exercício de Campinas, Henrique Magalhães Teixeira, foram as principais autoridades que prestigiaram o evento.

Os participantes puderam trocar experiências sobre projetos habitacionais bem-sucedidos de todas as regiões do Brasil, conhecendo e debatendo os projetos vencedores do Selo de Mérito 2015, além de visitar os estandes dos órgãos públicos e empresas privadas do setor.

Apresentação dos projetos premiados



Na manhã do dia 1 de julho, foram apresentados e debatidos os projetos vencedores do Selo de Mérito dos estados do Amazonas, da Paraíba e da Bahia e dos municípios de Porto Alegre e Campo Grande (foto à esquerda). Os trabalhos foram coordenados pelo diretor regional do Centro-Oeste da ABC, Gilson Paranhos (foto acima).

Com uma programação intensa, o público também debateu sobre regularização fundiária; Norma de Desempenho NBR 15.575; os instrumentos de avaliação da qualidade dos projetos, da concepção à execução, e as perspectivas sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

A abertura do evento foi feita pelo Vice-presidente Administrativo e Financeiro da ABC, Luiz Stival, e pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo de Campinas, Samuel Rosilho (foto abaixo). Em seu discurso de boas-vindas, Stival destacou a importância da troca de experiências e da participação de todos os presentes. “Eu não tenho dúvidas de que voltaremos aos nossos estados com um grande aprendizado que servirá de ferramenta importante para as nossas ações em habitação.”



Posse da diretoria da ABC

Durante o 62º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, houve a posse da nova diretoria da ABC, para o período de 1º de julho de 2015 a 1º de julho de 2017. Presidida pela Presidente da Agehab e Secretária da Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul, Maria do Carmo Avesani Lopez, que sucedeu Hélio Hamilton Vieira Junior, a nova diretoria é composta por dirigentes das associadas dos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, São Paulo e Distrito Federal, e dos municípios de Belém, Campos dos Goytacazes, Londrina, Ponta Grossa, Porto Alegre, Ribeirão Preto, Santos e São Paulo.



No período da tarde, o Diretor Regional Sul da ABC, Dino Schruett, coordenou a mesa que apresentou e debateu os projetos premiados da Cohab Santa Catarina e dos municípios de Vitória do Xingu e Pacajá (PA).



No dia 2, coube ao Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro da Habitação, José Jacques Yazbek, a coordenação da mesa que apresentou e debateu os quatro últimos projetos premiados: CEHAP Paraíba, Secretaria de Habitação de São Bernardo do Campo/SP, Cohab Campinas e Demhab Porto Alegre.

Mesas de diálogo

"Avanços e desafios no processo de regularização fundiária no Brasil" foi tema da primeira mesa de diálogo, realizada na tarde do dia 30 de junho. Coordenada pelo arquiteto Sílvio Figueiredo, o tema teve como debatedores o Desembargador do TJSP, Venício Salles; os juízes Ana Rita de Figueiredo Neri e Lincoln Moura; o desembargador do TSJP, Marcelo Berthe; o assessor da presidência do TJSP, Wilson Levy; e o Secretário de Habitação de Bragança Paulista, Marcio Juviniانو Barros.



O Desembargador Venício Salles representou o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador José Renato Nalini.



"A qualidade dos projetos para habitação de interesse social – o papel dos municípios e dos estados" foi tema da mesa de diálogos presidida pelo Diretor Adjunto da Região Sul, Everton Braz. Fernando Vaz Pupo, Secretário Municipal de Planejamento de Campinas, e Marcos Baptista, Secretário de Habitação de Pernambuco, debateram sobre a metodologia apresentada pela professora da UnB, Cristiane Guinancio. Esta mesa aconteceu às 11 horas do dia 2 de julho (foto ao lado).

"As perspectivas para a terceira etapa do PMCMV" foi tema da mesa de diálogo ocorrida na tarde do dia 2 de julho. O Secretário de Habitação de São Paulo, Rodrigo Garcia, presidiu os trabalhos, que contaram com a participação da Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães; Teotonio Rezende, na condição de Vice-presidente de Habitação da CAIXA, e da Presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez.



Inês Magalhães e Teotonio Rezende apresentaram as principais mudanças e os desafios para a terceira fase do PMCMV.



“Aplicabilidade da Norma de Desempenho – impactos sobre os aspectos técnico, jurídico e financeiro na habitação de interesse social” foi o tema da mesa de diálogo coordenada pelo ex-presidente da ABC, Hélio Hamilton Vieira Junior, na tarde do dia 1º de julho. O professor Orestes Gonçalves e o advogado e consultor da CBIC, Carlos Del Mar, que participaram da elaboração da Norma NBR 15.575, a gerente de Normas Técnicas da CAIXA, Simone Ormières, e o representante da ABC no Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação – CTECH, José Antônio Cintra, apresentaram e debateram o tema.



Hélio Hamilton Vieira Junior



Orestes Gonçalves



Mais de 600 pessoas participaram do Fórum, tornando-o o maior evento do setor.

Nos intervalos dos debates, o público pôde visitar os estandes de órgãos públicos e de empresas de materiais e técnicas construtivas inovadoras.



GOIÁS

Modelo de Habitação de Interesse Social



Sua escritura na mão



SECIMA

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS

GOVERNO DE
GOIÁS



Entrega de prêmios e encerramento



A cerimônia de encerramento do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, na noite do dia 2 de julho, no salão nobre da Expo Dom Pedro, constituiu-se no principal momento político do evento, com presença e saudação dos organizadores e das autoridades. Também foi a ocasião da entrega do prêmio Selo de Mérito, que reconheceu 12 experiências bem-sucedidas no âmbito da habitação de interesse social realizadas no ano de 2014.

O Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, falou sobre a importância do diálogo do Governo Federal com os gestores públicos de habitação de estados e municípios e reafirmou o compromisso de contratar mais 3 milhões de habitações até 2018 pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. A cerimônia teve ainda as falas da Presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez, do representante da Câmara Municipal de Campinas, vereador Andre Von Zuben; do representante do Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, Marcos Penido; do Prefeito em exercício de Campinas, Henrique Magalhães Teixeira, e do Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho.



A presidente da Cohab Campinas, anfitriã do fórum, Ana Amoroso, recebeu do Ministro Gilberto Kassab o troféu Selo de Mérito, pelo projeto Vilas de Taubaté.



Os ex-presidentes da ABC, Mounir Chaowiche, e do Fórum de Secretários, Carlos Marun, receberam o prêmio Selo de Mérito Especial.

Homenagem à CDHU: meio milhão de moradias entregues

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) recebeu o Selo de Mérito Especial em comemoração à entrega de 500 mil moradias em mais de 50 anos de história. Noventa por cento das famílias beneficiadas ganham menos que três salários mínimos e, por essa razão, pagam prestações mais baixas, cerca de R\$ 100,00 por mês.



A equipe da CDHU recebe o prêmio Selo de Mérito em comemoração à entrega de meio milhão de moradias de interesse social.

COHABs 50 anos

O 62º Fórum também homenageou 15 Cohabs associadas com o Jubileu de Ouro. A Lei 4.380/64 que, entre outras disposições, criou o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro da Habitação, constituiu-se no marco legal para a instituição das Companhias de Habitação por estados e municípios, como forma de apoiar a elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução do problema habitacional. Sob a égide dessa legislação, as Cohabs construíram mais de 2 milhões de moradias, no período de duas décadas, até a extinção do BNH, em 1996. Muitas estão ativas até hoje, várias se transformaram em autarquias e são responsáveis pela implementação das políticas habitacionais nos seus estados. As companhias homenageadas foram: Suhab/AM; Urbis/BA; Agehab/GO; Cohab Minas; Cohab/PA; Cehap/PB; Cehab/PE; Cohapar/PR; Cohab Curitiba/PR; Cohab Londrina/PR; Demhab-PortoAlegre/RS; Cohab/SC; Cohab-SP; Cohab-ST/SP; e Cohab Campinas/SP.



Secretário Municipal de Habitação, José Floriano, e o Presidente da Cohab São Paulo, João Abukater, receberam a homenagem do Fórum de Habitação pelos 50 anos da instituição.

O maior dos sonhos cada vez melhor!



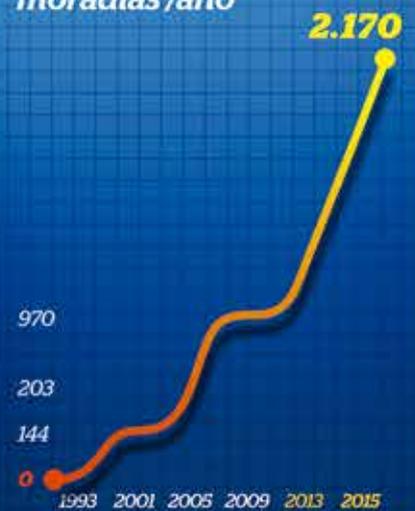
investimentos
nos últimos 3 anos

R\$ 280 milhões
Moradia
Pavimentação
Saneamento

R\$ 2 milhões/ano
Projetos de trabalho
técnico social

R\$ 1,5 milhão
Eventos nos conjuntos

moradias /ano



DIRIGENTES DA ABC – BIÊNIO 2015/2017

1 | Presidente: **Maria do Carmo Avesani Lopez** (Agehab/MS)
 2 | Vice-presidente Administrativo e Financeiro: **Luiz Antônio Stival Milhomens** (Agehab/GO)
 3 | Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais: **Emília Correia Lima** (Cehap/PB)



4 | Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico: **Claudius Vinicius Leite Pereira** (Cohab Minas/MG)
 5 | Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro de Habitação: **José Jaques Namur Yazbek** (Agehab/GO)



6 | Diretor Regional Norte: **João Claudio Klautau** (Cohab/PA)
 7 | Diretor Regional Nordeste: **Marcos Baptista Andrade** (Cehab/PE)
 8 | Diretora Adjunta Regional Nordeste: **Gilvana Gayoso Nobre Freitas** (ADH/PI)



9 | Diretor Regional Centro-Oeste: **Gilson Paranhos** (Cohab/DF)
 10 | Diretor Regional Sudeste: **Marcos Rodrigues Penido** (CDHU/SP)
 11 | Diretor Adjunto Regional Sudeste: **Silvio Geraldo Martins** (Cohab Ribeirão Preto/SP)



12 | Diretor Regional Sul: **Dino Shrutt** (Prolar Ponta Grossa/PR)
 13 | Diretor Adjunto Regional Sul: **Everton Braz** (Demhab Porto Alegre/RS)



CONSELHO FISCAL
 14 | Presidente: **Maurício Queiroz Prado** (Cohab Santos/SP)
 15 | **José Roberto Hoffman** (Cohab Londrina)



16 | **Abelardo Lupion** (Cohapar Paraná)
 17 | **Simone Ferreira Muniz** (Emhab Campos dos Goytacazes)
 18 | Secretário Executivo: **Nelson Nicolau Szwec**





Juntos somos muito mais fortes

Seja associado da ABC

Os gestores públicos de habitação dos estados e municípios associados à ABC contam com uma estrutura de apoio com telefone, computadores com acesso à internet, secretaria e assessoria de imprensa para tornar sua estada mais produtiva, sempre que precisarem se deslocar até Brasília. E também podem economizar com viagens quando o assunto puder ser tratado pela nossa equipe na cidade.

A ABC oferece aos seus associados outros serviços, como:

- Participação em oficinas técnicas sobre diversos assuntos do PMCMV e de regularização fundiária;
- Recebimento de relatórios e acesso às exposições apresentadas nos eventos organizados pela ABC, como fóruns, oficinas técnicas e órgãos colegiados;
- Troca de experiências com os órgãos estaduais e municipais de habitação;
- Recebimento de resenha semanal dos principais assuntos de habitação.

A sede da ABC em Brasília está localizada no Setor Comercial Norte – Edifício Central Park, próximo aos ministérios, ao Congresso Nacional e aos principais hotéis.

A ABC INTEGRA O: CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES • CONSELHO CURADOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO SALARIAL • COMITÊ DE RECURSOS DO SEGURO HABITACIONAL • COMITÊ NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA HABITAÇÃO • SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÕES TÉCNICAS • COMISSÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS DA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO INMETRO.

Para mais informações, acesse: <www.abc.habitacao.org.br> ou escreva para: abc@abc.habitacao.org.br



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO**

caixa.gov.br

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:

0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

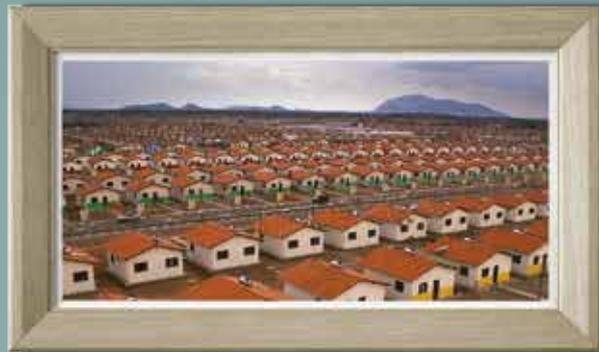
facebook.com/caixa

twitter: @caixa



**Minha Casa
Minha Vida**

O programa Minha Casa Minha Vida está transformando a vida de milhões de brasileiros que, a partir da conquista da casa própria, podem sonhar com muitas outras realizações. Já foram mais de **2,3 milhões** de moradias entregues em todo o Brasil. É a CAIXA e o Governo Federal trabalhando juntos para o Brasil avançar.



**9,4 MILHÕES
DE BRASILEIROS
BENEFICIADOS**



MINHA CASA MINHA VIDA.
*Mais que mudar de endereço,
é mudar de vida.*

Minha Casa, Minha Vida 3

Expectativas do Ministério das Cidades e da CBIC sobre a nova etapa do programa

A TERCEIRA ETAPA DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA TEM COMO META A CONTRATAÇÃO DE TRÊS MILHÕES DE UNIDADES HABITACIONAIS ATÉ 2018, CONFORME PROMESSA DE CAMPANHA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF. EM UM ANO MARCADO POR UMA CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA, A MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUI A PRÓXIMA FASE DO PROGRAMA AINDA NÃO FOI ENVIADA AO CONGRESSO, ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTA EDIÇÃO.

Para equilibrar as contas, o governo estuda a criação de mais impostos e já anunciou o corte no Orçamento, incluindo o Programa Minha Casa, Minha Vida. Para falar sobre esse cenário, a Revista Brasileira da Habitação ouviu o Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, e o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Confira o que cada um tem a dizer sobre o programa.



Gilberto Kassab, Ministro de Estado das Cidades

REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO – O Programa Minha Casa, Minha Vida chega à sua terceira etapa em um ano marcado por uma crise econômica. O governo mantém a meta originalmente anunciada de chegar até 2018 com mais 3 milhões de unidades habitacionais contratadas. Qual o cronograma para que essa meta seja atingida?

GILBERTO KASSAB – O Programa Minha Casa, Minha Vida ainda tem 1,5 milhão de unidades em construção em todo o país, contratadas nas fases 1 e 2. Nossa prioridade orçamentária, neste momento, é concluir essas unidades. Elas se somarão a outras 2,6 milhões de unidades entregues, que beneficiarão, no total, cerca de 16 milhões

"O PRINCIPAL AVANÇO SERÁ A NOVA FAIXA DE RENDA DO PROGRAMA, CHAMADA DE FAIXA 1,5, QUE DARÁ MAIS SUBSÍDIOS PARA AS FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ R\$ 2.350."

de brasileiros. Nossa expectativa é iniciar as contratações o mais rapidamente possível, considerando-se os limites orçamentários e financeiros. O Programa Minha Casa, Minha Vida vai contratar em torno de 500 mil unidades em 2016, sendo 35 mil para movimentos urbanos, 35 mil unidades para habitação rural, cerca de 50 mil de intervenções públicas, 200 mil imóveis para as faixas 1,5 e 2 e cerca de 150 mil para a faixa 3. No Governo Federal, trabalhamos para atingir a meta de contratar mais 3 milhões de unidades. Com isso, por volta de 2020, teremos contratadas e entregues 7 milhões de unidades.

RBH – Em sua opinião, quais são as principais inovações e novidades para a terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida?

GK – O principal avanço será a nova faixa de renda do programa, chamada de faixa 1,5, que dará mais subsídios para as famílias com renda de até R\$ 2.350, que estavam fora da faixa 1 e quase insuficiente para o financiamento da faixa 2. Estamos incluindo famílias no programa. Haverá subsídio de até R\$ 45 mil e juros de apenas 5%. Além disso, estão previstas novas especificações, adequadas à Norma de Desempenho da ABNT, que proporcionarão maior conforto térmico e acústico, com uso de esquadrias com sombreamento, maior espessura das paredes, lajes e acréscimo de 2 metros quadrados nas

unidades habitacionais da faixa 1. Todos os valores também foram atualizados e temos recebido retornos positivos na apresentação da proposta, tanto dos movimentos sociais quanto dos setores da construção civil.

RBH – O Congresso Nacional estuda um projeto que reajusta o percentual de remuneração do FGTS, o que, para especialistas, poderia inviabilizar programas habitacionais e de infraestrutura. Esse projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e será revisado pelo Senado. Qual é a sua opinião sobre essa questão?

GK – É preciso encontrar um meio-termo que beneficie os cotistas e mantenha a capacidade de investimentos. Temos de esperar a conclusão deste debate no Legislativo. É preciso respeitar a autonomia dos poderes, deixar que este debate aconteça no Congresso Nacional. É prematuro falar sobre possíveis cenários enquanto as mudanças estão em discussão. Trabalharemos sempre para buscar investimentos, seja em habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade ou em programas urbanos, respeitando a capacidade de investimento do Governo Federal.

RBH – Em que medida o rebaixamento do grau de investimento que pode impactar no financiamento em obras de infraestrutura?

PLATEC
Planejamento Técnico Agropecuário LTDA.



Site: www.platec.eng.br

Forte atuação Nacional, utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG) e realização de processos de regularização fundiária.

Inhumas-GO:

Fone: (62) 3511 1438 / (62) 3514 1737

(62) 9964 8457 / (62) 9964 8459

Rua Dr. Antônio Balduino, nº. 1.754, Centro.

CEP: 75.400-000

E-mail: inhumas@platec.eng.br

Goiânia-GO

Fone: (62) 3095 7319 / (62) 9687 9130

Rua João de Abreu (Praça do Sol), nº. 192,

Ed. Aton Business, Sala B-121, 12º Andar,

Setor Oeste.

CEP: 74.120-110

E-mail: platec@platec.eng.br

GK – Em um primeiro momento, a mudança do grau de investimento não tem um impacto direto, pois a grande maioria dos financiamentos de investimentos em infraestrutura não é realizada com capital externo. Mas não podemos ignorar que isso é um sintoma do momento econômico em que vivemos, que inspira cuidados. O governo está tomando as medidas necessárias para a retomada do crescimento.

RBH – De que forma os municípios com população de até 50 mil habitantes serão atendidos no PMCMV 3?

GK – Já foram contratadas mais de 160 mil unidades habitacionais em aproximadamente 2.900 municípios com até 50 mil habitantes. Nós vamos aperfeiçoar o programa nesses municípios, melhorando o modelo de Oferta Pública, operado pelos bancos menores, locais, e buscar trabalhar com financiamentos pela CAIXA e pelo Banco do Brasil. Estamos desenvolvendo a terceira fase do programa de maneira transparente, consultando todos os atores envolvidos. A ABC tem participado das reuniões e contribuído na construção dessa nova etapa.

RBH – Haverá mudanças no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural?

GK – O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) contratou até 2015 mais de 173 mil moradias em áreas rurais. Para a nova fase do PMCMV haverá algumas mudanças. A chamada faixa 1,5 também será para o Rural, com subsídio de até R\$ 15 mil. Ainda está em estudo o limite da renda. Além disso, teremos novos valores de subvenção e limites de renda. Em 2016 serão contratadas 35 mil unidades para habitação rural.

José Carlos Martins, Presidente da CBIC

REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO – Tendo em vista a atual situação econômica do Brasil, qual a expectativa da CBIC para 2016 em relação ao PMCMV?

JOSÉ CARLOS MARTINS – A expectativa do setor da construção civil é que, tendo em vista que não teremos contratação da faixa 1 no primeiro semestre de 2016, os novos programas, como a faixa 1,5, atendam a parte da demanda. 'Acreditamos que as faixas 1,5, 2 e 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida estarão aprovadas e iniciarão no próximo ano.

RBH – Quais serão os impactos da Norma de Desempenho nos custos das obras?

JCM – Os impactos que a Norma de Desempenho NBR 15.575 têm nos custos das obras ainda estão em análise, mas devemos entender que não será apenas aumento de custo, mas sim produtos de maior qualidade. Isso significa menos risco de problemas futuros, especialmente no pós-obra.

RBH – Como está a situação dos postos de trabalho na construção civil?

JCM – Em 2015, estimamos que serão fechados 500 mil postos de trabalho na construção civil. Ainda não temos previsão para 2016, tendo em vista a grande instabilidade econômica que vivemos.



ACREDITAMOS QUE AS FAIXAS 1,5, 2 E 3 DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ESTARÃO APROVADAS E INICIARÃO NO PRÓXIMO ANO.



Em Pernambuco, a política estadual de habitação ganha terreno.

A Secretaria de Habitação de Pernambuco, criada este ano pelo Governo do Estado, está dando novo impulso à política pública traçada para a área. O seu principal compromisso, até 2018, é entregar 20 mil unidades residenciais. Da construção de habitações populares à realização de obras de urbanização integrada, o objetivo do Governo com a nova secretaria é o mesmo: contribuir para melhorar a vida do povo pernambucano.

SECRETARIA
DE HABITAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

Selo de Mérito 2015

Premiação consagra projetos que utilizaram o planejamento para organizar as cidades

PELO 17º ANO, A ABC E O FNSH DU REALIZARAM O CONCURSO NACIONAL PARA PREMIAR OS PROJETOS QUE MAIS SE DESTACARAM, EXECUTADOS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS, DURANTE O ANO DE 2014. UMA COMISSÃO FORMADA POR SEIS MEMBROS INDEPENDENTES JULGOU PROJETOS INSCRITOS DE TODO O BRASIL. DOZE PROJETOS FORAM CONSAGRADOS NAS CATEGORIAS IMPACTO REGIONAL COM FOCO EM AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE, ATENDIMENTO A GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS E APRIMORAMENTO DO MODELO DE GESTÃO PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

CATEGORIA: ATENDIMENTO A GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS



PROJETO: LAR DOS HANSENIANOS

Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas

Em 2005, a Suhab AM criou o projeto Lar dos Hansenianos com o objetivo de proporcionar uma vida digna aos portadores da hanseníase. No total, foram construídos 11 novos pavilhões que somam 72 apartamentos, totalmente adaptados às necessidades dos moradores, beneficiando mais de 200 pessoas. O programa foi concluído em 2014.

Os apartamentos são entregues adaptados com portas mais largas e barras para facilitar a locomoção dos moradores. Os apartamentos são entregues mobiliados. Os novos pavilhões também possuem uma sala para atendimento médico e um jardim. Foram investidos R\$ 4,1 milhões com recursos do Governo Federal e contrapartida do governo do Amazonas.

PROJETO: PROJETO HABITACIONAL CIDADE MADURA

Companhia de Habitação Popular da Paraíba

O projeto Cidade Madura oferece melhoria na qualidade de vida dos idosos que moram sozinhos ou com os seus cônjuges, possibilitando morar com segurança, cuidar das suas casas, praticar atividades físicas e de lazer e ter uma vida com independência e soberania.

No primeiro empreendimento do projeto, a Companhia de Habitação Popular do Estado da Paraíba construiu 40 casas, em sistema de condomínio fechado, com guarita e demais sistemas de segurança, praça, pista de caminhada, horta, centro de vivência, espaço para ginástica e núcleo de assistência à saúde. As casas são de propriedade do estado e cedidas sem ônus. O projeto atende pessoas com 60 anos ou mais, que tenham autonomia, e possuam renda não superior a cinco salários mínimos. O estado da Paraíba investiu R\$ 4 milhões neste primeiro núcleo e pretende replicar o projeto em outras regiões do estado.



CATEGORIA: APRIMORAMENTO DO MODELO DE GESTÃO PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PROJETO: RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL JARDIM LEOPOLDINA

Demhab – Porto Alegre/RS

O projeto desenvolvido pelo Departamento de Habitação de Porto Alegre consistiu na renegociação da dívida dos moradores do conjunto habitacional Jardim Leopoldina, que havia sido invadido, ainda em construção em 1988 e que era ocupado por 1.096 famílias. Essas famílias até que tentavam resolver a sua situação, mas a dívida com o passar do tempo ficou maior do que o valor de mercado dos imóveis, inviabilizando de vez o pagamento. Depois de muita negociação que envolveu as organizações dos moradores, as equipes de trabalho social do município e a Caixa Econômica Federal, montou-se uma estratégia financeira que permitiu a recompra dos imóveis pelos próprios moradores, com financiamento da CAIXA. O valor de venda considerou o valor de mercado, subtraindo o montante que cada família havia pago ao longo do contrato original. A operação resolveu um problema que vinha se arrastando há décadas, possibilitou que as famílias pudessem ter segurança quanto à posse da moradia e ainda rendeu aos cofres do DEMHAB 5,2 milhões de reais para investimentos em outros projetos habitacionais.



PROJETO: DIREITO À MORADIA – PLANEJAMENTO E ATENDIMENTO INTEGRADO

Prefeitura Municipal de Pacajá/PA

O impacto das grandes obras na região afetou também o município de Pacajá, região sudoeste do Pará, ocasionando um déficit de 3,4 mil moradias. Para um município de 40 mil habitantes, esse número é bastante elevado.

Para atacar o problema de forma racional e planejada, foi elaborado o Plano Local de Habitação, e constituído o Conselho e o Fundo Municipal.

Também foi colocada em funcionamento uma Secretaria de Habitação itinerante para atendimento na zona rural, que trabalha de forma integrada com as áreas de saúde, assistência social, educação e obras, priorizando o atendimento aos idosos, pessoas com deficiência, mulheres chefes de família e portadores de doenças crônicas degenerativas.

PROJETO: POLÍTICA HIS – IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS AMAZÔNICOS

Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu/PA

A ocupação desordenada e repentina da cidade de Vitória do Xingu, na região sudoeste do Pará, devido à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, obrigou a prefeitura local a redefinir todo o planejamento territorial do município. O novo Plano Diretor redefiniu o perímetro urbano para incluir os assentamentos irregulares. Também foram constituídos o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação e elaborado um plano municipal de habitação, nos moldes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.



A partir da nova definição da área urbana e do plano local de habitação, foi realizado o cadastramento das famílias que moravam em habitações precárias de barro, palha, madeira e as coabitantes. Foi possível definir um plano para atendimento pelo PMCMV.

CATEGORIA: IMPACTO REGIONAL, COM FOCO EM AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE



PROJETO: ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

Companhia de Habitação Popular da Paraíba

O projeto Energia Solar Fotovoltaica, realizado pela Cehap Paraíba, com apoio de universidades, da empresa concessionária Energisa S/A e do Senai-PB, visa à utilização de tecnologia para a geração de energia elétrica em unidades habitacionais populares utilizando placas solares fotovoltaicas. O beneficiário pode utilizar tanto a energia gerada pelo sistema quanto a fornecida pela concessionária.

O valor investido é de R\$ 6 mil por unidade habitacional e gera, em média, uma economia de 60% na conta de luz. As diretrizes do PMCMV 1 e 2 previam a utilização da energia solar para aquecimento de água, o que não é necessário para grande parte do Nordeste. Trata-se de um projeto experimental que comprovou a sua viabilidade. A partir de agora, todas as moradias populares construídas na Paraíba terão o sistema. Também em relação às novas regras do PMCMV-3, esse sistema poderá ser utilizado alternativamente ao da energia solar.

PROJETO: PROGRAMA REFORMA CIDADÃ

Cohab Santa Catarina

O projeto é contínuo e tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade das famílias catarinenses. Após análise e seleção de prioridades, a Cohab Santa Catarina repassa os recursos necessários a reformas e ampliações das residências, podendo chegar até o valor de R\$ 10 mil por família.

Até o final de 2015, 47 municípios do estado participarão do projeto, abrangendo 782 famílias, com renda de até 2 salários mínimos, residentes em áreas urbanas e rurais. O valor do investimento foi da ordem de R\$ 5 milhões, destinado exclusivamente à compra de materiais para reforma e ampliação das moradias. A mão de obra fica sob responsabilidade das prefeituras ou do beneficiário.



PROJETO: REGULARIZAÇÃO VILA A. J. RENNER

Demhab – Porto Alegre

A Vila A. J. Renner, no município de Porto Alegre/RS, foi formada na década de 1970, por cerca de 2 mil pessoas que haviam sido beneficiadas por um projeto da Cohab Rio Grande do Sul. Depois de venderem as suas casas de forma irregular, ocuparam um terreno público, onde construíram suas novas moradias. O terreno era parcialmente aterrado com materiais orgânicos das mais variadas origens, o que ocasionou graves problemas ambientais. A vila contava com 487 domicílios, a maioria precários.

O projeto contou com obras de infraestrutura, urbanização de 225 lotes, remoção e reassentamento de famílias que ocupavam áreas de risco, construção de 79 novas unidades habitacionais e regularização fundiária. O material orgânico foi transferido para um local apropriado. O valor do investimento foi de R\$ 11,9 milhões. Os recursos provêm de um convênio do município de Porto Alegre, do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



PROJETO: PARQUE LINEAR VILAS DE TAUBATÉ

Cohab Campinas

O projeto visa à retirada de famílias moradoras de áreas de risco nas proximidades do córrego Taubaté e a recuperação ambiental de áreas degradadas da região sul de Campinas, localizadas entre a Via Anhanguera e o aeroporto Viracopos. A primeira etapa do projeto foi finalizada em julho de 2015 e reassentou 660 famílias, com investimentos do Governo Federal e do município.

O projeto prevê ainda a regularização fundiária de 604 domicílios e o reassentamento de mais 840 famílias que residem em áreas de risco. A região contará com obras de macrodrenagem, saneamento, pavimentação e requalificação ambiental.

PROJETO: CONQUISTA DA MORADIA DIGNA

Agência Municipal de Habitação de Campo Grande – MS

Famílias de quatro favelas na região metropolitana de Campo Grande/MS foram reassentadas nos residenciais Ary Abussafi de Lima e Gregório Correia, empreendimentos construídos próximos aos antigos assentamentos para atender às mais de 300 famílias, além de promover melhorias na região.

Os moradores contam com duas escolas, um hospital e um posto de saúde nas proximidades do empreendimento. Foram investidos mais de R\$ 27 milhões, com recursos do Governo Federal, governo de Mato Grosso do Sul e do município de Campo Grande.



PROJETO: SUSSUARANA III E BAIXA DA PAZ

Conder – Bahia

O estado da Bahia detectou, por meio do Mapa de Vulnerabilidade de Salvador, uma área de encostas com riscos de deslizamentos, baixadas sujeitas a alagamentos e grande carência de espaços públicos e áreas verdes. Dessa necessidade nasceu o projeto Sussuarana III e Baixa da Paz, que beneficiou 2,7 mil famílias com obras de urbanização, infraestrutura e construção de 121 moradias para reassentamento das famílias que habitavam locais impróprios.

O valor do investimento foi de R\$ 26 milhões, sendo 40% do governo da Bahia e 60% do Banco Mundial.

PROJETO: CONJUNTO HABITACIONAL TRÊS MARIAS

Município de São Bernardo do Campo – SP

O Conjunto Habitacional Três Marias é resultado de um projeto da Secretaria de Habitação de São Bernardo do Campo para retirar 4,5 mil pessoas de assentamentos precários e em áreas de preservação permanente do município. Em 2013 foram entregues as últimas mil unidades habitacionais. As famílias beneficiadas contam com um Centro de Educação Unificada, um parque de 18 mil m² e um centro comercial com 14 unidades gerenciadas por comerciantes que foram removidos das áreas de risco.

Iniciado em 2005, o projeto contou com um investimento de R\$ 82 milhões, sendo R\$ 57 milhões do Governo Federal e R\$ 24 milhões do município.



São Paulo constrói moradia digna para população idosa

Projeto Vila Dignidade chega a 16 municípios

Há seis anos, um programa habitacional vem fazendo muito sucesso no estado de São Paulo, principalmente por atender a um público especial: os idosos de baixa renda. Construídas rigorosamente a partir do conceito de desenho universal, com todos os itens de segurança e acessibilidade, as novas moradias oferecem ainda uma pequena área externa nos fundos, que pode se transformar em jardim ou horta.

Localizadas em condomínios com projeto paisagístico diferenciado para proporcionar um ambiente agradável, com direito a salão para atividades diversas, como festas, reuniões e cursos, as moradias proporcionam aos idosos uma vida verdadeiramente com dignidade. Por isso, o nome não poderia ser outro: Vila Dignidade. E o que é melhor: ninguém paga nada por isso. O programa é inteiramente gratuito. Um projeto pioneiro, que começou em 2009 e tornou-se referência no Brasil.

Tanto que em 2010 foi premiado com o “Selo Mérito” da Associação Brasileira de Cohabs (ABC), concedido a pessoas ou entidades

que reconhecidamente contribuem para o aperfeiçoamento, melhoria e qualidade nas habitações de interesse social no país.

“Este é um programa muito especial para a Secretaria e o Governo do Estado destinado a pessoas que merecem todo respeito, dignidade e um atendimento diferenciado. É realizado em parceria com as prefeituras, que oferecem os terrenos e ficam responsáveis por desenvolver atividades socioculturais nos centros de convivência, na área de lazer, além de atendimento médico em caso de necessidade”, explica o Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia.

Hoje, já são 322 unidades entregues em 16 cidades com investimentos de R\$ 31 milhões. Os municípios que contam com o programa são: Araraquara, Avaré, Botucatu, Caraguatatuba, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaú, Jundiá, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Tupã. Outras 34 moradias encontram-se em obras nas cidades de São José do Rio



Preto e Sorocaba. E mais 216 unidades (12 empreendimentos) já estão em projeto em 12 cidades.

As unidades habitacionais têm 39 m² de área útil, com um dormitório, sala conjugada à cozinha, banheiro, área de serviço e aquecedor solar. Todas elas possuem itens de segurança e acessibilidade, como barras de apoio, pias e louças sanitárias em altura adequada, portas e corredores mais largos, rampas e pisos antiderrapantes, entre outros. “Tudo é pensado para o conforto e a segurança do idoso. O conjunto conta com recursos especiais de acessibilidade também nas áreas comuns”, explica o secretário.

O programa é o resultado de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação, a CDHU, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e os municípios conveniados.



Geração de emprego e renda

Projetos habitacionais em Ponta Grossa viabilizam a inclusão social

A Companhia de Habitação de Ponta Grossa – Prolar completa 26 anos de atuação e comemora essa data com mais de 25.000 famílias atendidas ao longo de sua existência.

Até pouco tempo, a habitação de interesse social era sinônimo de entrega de unidades habitacionais para famílias de baixa renda em comprovado estado de precariedade de moradia.

Ocorre que, com a evolução do programa habitacional, o gestor público deparou-se com novas questões no pré, durante e pós entrega, tornando obrigatória a introdução de novas políticas públicas que amparem as famílias no pós entrega da unidade habitacional.

Sendo assim, a Prolar, de forma precursora e corajosa, fortaleceu o Trabalho Técnico Social, investindo prioritariamente em projetos de geração de renda para a economia local.

Não basta proporcionar oportunidades de moradia, o gestor tem que ir além, deve criar e incutir a cultura da melhoria na qualidade de vida de cada cidadão.

Através de parcerias firmadas pela Prolar com instituições de ensino e qualificação profissional, seja na esfera pública, seja na privada, mais de 1.000 pessoas participaram de cursos profissionalizantes, os quais oportunizaram a inclusão e reinclusão no mercado de trabalho de famílias em situação de desemprego e, ainda, a ascensão profissional dos participantes certificados pelos referidos cursos.

Cursos como técnicas de supermercado, informática básica, con-



Parcerias para cursos profissionalizantes promovem a geração de renda

feitoiro, salgadeiro, cabeleireiro, manicure e pedicure, auxiliar de mecânica, pintura automotiva e gastronomia básica são apenas algumas das propostas realizadas pela parceria firmada entre a Prolar e as referidas instituições.

A velha máxima do “não dê o peixe, ensine a pescar” trouxe números expressivos à Prolar, à cidade de Ponta Grossa/PR e toda a região dos Campos Gerais, como mostra recente levantamento feito pela companhia.

Nas comunidades em que o projeto foi executado, cerca de 100 horas de cursos profissionalizantes ofertados a todos os beneficiários do programa habitacional foram revertidos em 45% de reinclusão no mercado de trabalho de pessoas que estavam no seguro-desemprego, 62% de acesso ao primeiro emprego com a criação de um ofício, 53% de ascensão profissional dentro da empresa onde trabalhavam através da evolução das qualidades técnicas e, ainda, 73% das mulheres participantes dos cursos criaram oportunidades



de nova fonte de renda, bem como mais de duas centenas de novos microempreendimentos individuais nos primeiros 12 meses de realização do programa.

Considerando que, ordinariamente, o poder público municipal é reconhecidamente limitado em sua atuação nas políticas públicas de geração de emprego e renda, a Prolar buscou superação para ir além, estabeleceu uma sinergia muito grande entre a política já adotada pela companhia e os conceitos estabelecidos nas normativas do Programa Minha Casa, Minha Vida, ampliando ainda mais a possibilidade de acesso à qualificação profissional para as famílias de baixa renda beneficiárias do programa habitacional.

COMPROMISSO COM SOLUÇÕES CRIATIVAS E SUSTENTÁVEIS



Gratão, SBC



Alvareguinha, SBC



Jardim Iporanga, SP

A HAGAPLAN é uma empresa de consultoria e prestação de serviços técnicos que oferece as melhores soluções, atendendo aos mais exigentes padrões de qualidade.



Residencial Montanhão, SBC

HAGAPLAN

Tel: 11.3334.0355
www.hagaplan.com.br

A HAGAPLAN possui certificação ISO 9001,
ISO 14001 e OHSAS 18001

Campinas redimensiona déficit habitacional

Projeto de lotes urbanizados será uma alternativa

A Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab-Campinas) realizou um recadastramento em 2015 com o objetivo de atualizar o banco de dados da companhia, já que, segundo levantamento, dos quase 67 mil cadastros ativos, aproximadamente 28 mil nunca procuraram a empresa para uma atualização, desde 2009, quando o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi anunciado.

O departamento comercial fez a convocação com base no banco cadastral da empresa e, ao final do prazo limite, aproximadamente 33 mil pessoas (49% do total) atenderam à convocação e compareceram para efetuar o recadastramento ou reagendar, numa média de 630 agendamentos por dia. As pessoas cadastradas no banco de dados da Cohab foram convocadas através de carta, telefone, e-mail e via imprensa.

A convocação também indicou que aproximadamente 6 mil pessoas informaram possuir renda familiar acima de R\$ 1,6 mil e que, portanto, não se enquadram nas regras para atendimento habitacional da faixa 1, estabelecidas pelo Ministério das Cidades, no entanto, elas também serão atendidas.

O recadastramento foi realizado entre os dias 2 de março e 6 de agosto, num total de 110 dias úteis, e os reagendamentos foram atendidos entre os dias 7 e 28 de agosto, em 15 dias úteis.

Para marcar a nova fase do atual recadastramento, as pessoas estão recebendo um cartão com código de barras. O cartão vai conter o número do CPF e vai servir como comprovante para a pessoa que se cadastrou, além de conter a data de validade do cadastro, prevista para expirar em dois anos.



Para o Prefeito Jonas Donizette (foto), a atual administração está buscando várias alternativas para minimizar o problema de quem necessita de moradia em Campinas.

“Recentemente, aprovamos uma lei municipal que permite a construção de empreendimentos habitacionais de interesse social por toda a cidade, o que já é um ganho. Já entregamos desde 2013 mais de 5,1 mil moradias, estamos entregando até o final do ano mais de 1,1 mil títulos de propriedade para famílias que moram em áreas regularizáveis e em breve enviarei à Câmara de Vereadores dois projetos de lotes urbanizados”, elencou o Prefeito.

Segundo a Secretária de Habitação e Presidente da Cohab-Campinas, Ana Maria Minniti Amoroso, a cidade agora conhece o seu déficit habitacional real. “Com a finalização deste trabalho, Campinas está preparada para se adequar às novas normas do PMCMV que o Ministério das Cidades deve lançar até o fim deste ano,” garantiu Ana.



(Fonte: Gerência do Departamento Comercial – Cohab-Campinas)

Agehab Goiás conquista prêmio Lúcio Costa

Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão vence na categoria habitação

O prêmio que leva o nome do mestre da arquitetura urbanista Lúcio Costa foi entregue à Agência Goiana de Habitação (Agehab) pelo trabalho realizado com o Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão, que venceu na categoria habitação. A estatueta foi entregue ao Governador de Goiás, Marconi Perillo, pelo Deputado Federal Marcos Abrão (PPS-GO), ex-Presidente da Agência, com as presenças da Senadora Lúcia Vânia e do atual Presidente da Agehab, Luiz Stival. O 1º Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação reconheceu o exemplo de política pública do já renomado programa de regularização fundiária goiano. A premiação aconteceu na abertura do 3º Seminário Internacional de Mobilidade e Transportes, no dia 13 de outubro.

De acordo com o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal, Deputado Júlio Lopes (PP-RJ), a Agehab

foi premiada pelo exemplo de agilidade, desburocratização dos processos e rigor técnico conquistados com o programa. As outras duas entidades premiadas foram o Grupo Globo, pelo programa Cidades e Soluções, e a empresa Rio Card, pela implantação do Bilhete Único no Rio de Janeiro.

O Governador Marconi Perillo destacou que a entrega do prêmio na cidade de Brasília não poderia ser mais oportuna, com seus espaços públicos amplos, que reduzem os limites entre o lar e a rua. “O Programa Casa Legal é uma política de inclusão social em sua plenitude. A escritura assegura a posse, a identidade e o endereço do lar”, sublinhou.

Marconi Perillo ressaltou que o programa promoveu uma mudança de paradigmas, com completa revisão e atualização da legislação em vigor, beneficiando até o momento mais de 14 mil famílias. De acordo com



Deputado Federal Marcos Roriz, Senadora Lúcia Vânia e Deputado Julio Lopes, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal, entregam o prêmio ao Governador Marconi Perillo.

ele, somado ao Programa Cheque Mais Moradia, o Casa Legal mostra que Goiás está no caminho certo da promoção habitacional, com mais de 140 mil famílias beneficiadas com a conquista da casa própria e reforma habitacional.

Segundo o Presidente da Agehab, Luiz Stival, a conquista do prêmio é o reconhecimento do trabalho de grande alcance social feito pela Agência. “Destaco o trabalho de excelência feito pelo meu antecessor na Agência, o Deputado Federal Marcos Abrão, que reestruturou a Agehab e implantou programas inovadores, como o Casa Legal. Somos referência para o Brasil”, salientou Stival, afirmando que a meta é nos próximos três anos concluir o processo de regularização de mais 30 mil imóveis.



A Rede Globo, pelo programa Cidades e Soluções, e a Rio Card, pela implantação do Bilhete Único no Rio de Janeiro, também foram premiadas.

Inscrição Compartilhada agrega comodidade e transparência total às Agências Habitacionais.

Conheça a solução ideal para fortalecer seus processos de Inscrição e Seleção.

Em Mato Grosso do Sul, as famílias que desejam ingressar nos programas habitacionais da Agehab-MS (Agência Estadual de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul) ganharam mais comodidade e facilidade na hora de fazer seu cadastro e de acompanhar sua situação enquanto aguardam ser contemplados com a casa própria.

A Agência está implantando em 45 municípios do Estado, inclusive em Campo Grande, o Inscrição Compartilhada, um sistema utilizado para levantar dados consistentes sobre a demanda habitacional das cidades, bem como conhecer com profundidade o perfil da demanda e como ela pode ser atendida.

Com base nas informações, os gestores podem tomar decisões estratégicas mais assertivas e direcionar os projetos para atender as reais necessidades habitacionais dos municípios.

Para as famílias, o Inscrição Compartilhada elimina filas de espera ou senhas para realizar o cadastro. Direto pela internet, de qualquer lugar, é possível cadastrar-se nos programas habitacionais, atualizar os dados quando necessário e ainda acompanhar as etapas da seleção.

Sem dúvida, o grande diferencial do Inscrição Compartilhada é a



transparência em todas as etapas dos processos, desde o cadastro dos candidatos aos programas, passando pela definição de critérios e do acompanhamento do status de cada família até a entrega dos imóveis.

“O grande diferencial do Inscrição Compartilhada é a transparência em todas as etapas.”

O Inscrição Compartilhada faz parte do Domus, uma solução tecnológica desenvolvida pela empresa DígitohBrasil Soluções em Software, de Campo Grande-MS, que conta ainda com o módulo Seleção, para facilitar e simplificar a seleção dos contemplados.

No módulo Seleção, o gestor público pode definir os critérios de seleção e visualizar os pré-selecionados em relatórios dinâmicos e com as informações necessárias para garantir a aplicação transparente desses critérios.

As funcionalidades do módulo Seleção estão de acordo com regras federais e são totalmente auditáveis, o que representa um sensível ganho na segurança quando da prestação de contas com órgãos fiscalizadores, como Ministério Público e Procuradoria.

Além do Inscrição Compartilhada e do Seleção, o Domus conta com mais módulos, voltados à gestão do crédito imobiliário.

Para conhecer mais detalhes ou agendar uma demonstração da solução, acesse:

domus.digithobrasil.com.br

Conjunto Habitacional Três Marias: inclusão urbana e social

São Bernardo do Campo inova em sustentabilidade ambiental

O Conjunto Habitacional “Três Marias” atende ao desafio do Plano Local de Habitação de Interesse Social de São Bernardo do Campo: “fazer da política habitacional instrumento de inclusão social e de construção de uma cidade sustentável, com qualidade de vida para todos, em todos os cantos”.

Parceria entre o município e o Governo Federal, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o conjunto promoveu solução de moradia adequada para 1.236 famílias, atendendo ao reassentamento externo do Projeto de Urbanização PAC Alvarenga e famílias oriundas de alojamentos provisórios. Combinadas com a execução de obras, tem-se as ações de regularização fundiária e trabalho social, além da recuperação de áreas degradadas e eliminação de situações de risco nas áreas de origem.

A estratégia do projeto foi torná-lo instrumento de inclusão social com foco em três dimensões: inclusão urbana, intersetorialidade de políticas sociais e trabalho social com a população.

A inclusão urbana se deu combinando solução habitacional adequada com intervenções de melhoria na região do empreendimento, com a provisão de equipamentos, serviços e qualidade ambiental.

Foram produzidas 1.236 unidades habitacionais em 52 prédios com toda infraestrutura urbana, equipamentos públicos, centro comercial para reposição dos comércios removidos na origem, centro de reciclagem para apoio a recicladores e uma praça/parque com 18.000 m².

Também foi destinada área para implantação do Centro de Educação Unificada (CEU) Celso Daniel e do miniterminal de ônibus, com



recursos das Secretarias de Educação e Transportes, beneficiando todo o bairro.

A ação intersetorial de políticas sociais deu-se a partir de programas já existentes no município, priorizando as áreas de saúde, educação, desenvolvimento econômico e trabalho, cultura, esportes e segurança urbana.

A última dimensão da estratégia de inclusão social refere-se ao trabalho social realizado antes, durante e após a implantação do empreendimento. Além da participação social em todo o projeto, houve forte investimento na apropriação da solução habitacional e no patrimônio social das comunidades, com ênfase na organização social e na gestão sustentável dos condomínios.

O resultado é um empreendimento habitacional integrado à cidade e um bairro com melhor qualidade de vida. Esta boa prática ajuda a consolidar diretrizes da qualidade exigida em outros projetos em que a cidade vem trabalhando.



Edifício Palacete dos Artistas

Cohab São Paulo
transforma prédios
centrais em moradia

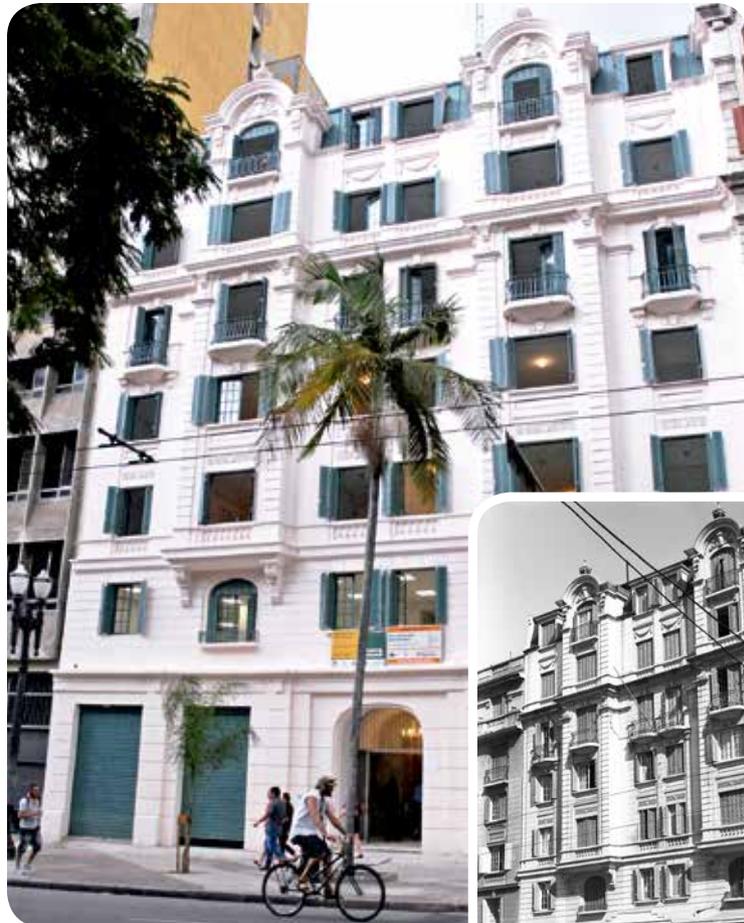
A relevância desta obra não reside no número de unidades produzidas, mas na reativação do fomento de programas de habitação social para o centro da cidade de São Paulo trazendo à tona as discussões e pensamentos sobre o tema.

Há necessidade de se promover uma política habitacional na área central para que a população com renda mensal de até três salários mínimos também se beneficie da infraestrutura existente, morando próximo ao trabalho e promovendo o reequilíbrio dos fluxos de mobilidade e diversidade de usos.

De alguns anos até o presente momento, as gestões municipais promoveram programas de reabilitação de edifícios que se encontravam vazios ou subutilizados na área central, requalificando-os para uso habitacional.

A aquisição desses edifícios pelo poder público inicia-se com a aplicação do Decreto de Interesse Social. Infelizmente, até a efetivação da compra, por questões de negociação e captação de recursos, existe um tempo significativo para a conclusão do processo.

Dos edifícios da Cohab localizados no centro, foi viabilizada a execução da reforma para dois desses: um em fase final de obra e o outro, Palacete dos Artistas, entregue para o público a que se destinava.



Público este relevante para a cidade pelo seu ofício. São cantores, atores, diretores, bailarinas, coreógrafos, e tantos outros artistas, que alegraram nossas noites com espetáculos e que vieram coroar este edifício.

O antigo hotel na Av. São João, agora requalificado para uso habitacional, possui 50 apartamentos exclusivamente para artistas aposentados com mais de 60 anos que ganham menos de três salários mínimos.

Construído na década de 20 por Antonio Borges Caldeira, o então Edifício Palacete Antonio Caldeiras tinha uso residencial.

Por volta de 1930, foi adquirido pelo Conde Rodolpho Crespi e renomeado como Palacete Santa Cruz. Na década de 50, foi reformado e "modernizado" para fazer

parte da malha hoteleira no entorno dos cinemas e teatros do centro, mantendo-se até 2001.

Em 2011, foi desapropriado pela Cohab-SP. A concepção do projeto foi desenvolvida pela equipe da Gerência de Projetos da Cohab-SP e o Projeto Executivo pelo escritório Andrade Scroback. O restauro foi desenvolvido pelo Escritório Pauliceia. A obra foi executada pela construtora Engetal, concluída em dezembro de 2014.

A modalidade adotada para a comercialização das unidades foi a locação social, aluguel subsidiado que assegura o direito à moradia sem ativo financeiro e evita o processo de gentrificação.

Uma reconstrução vitoriosa em Pernambuco

A Companhia Estadual de Habitação e Obras de Pernambuco (Cehab-PE), vinculada à Secretaria de Habitação (SecHab), foi premiada pela ABC, entidade nacional, pela participação na Operação Reconstrução, iniciativa para reconstruir e construir moradias para os pernambucanos atingidos pela enchente de 2010 no estado.

Era junho de 2010. Mais de 30 municípios pernambucanos foram atingidos pela enchente no estado de Pernambuco. Mais de 27 mil pessoas ficaram desabrigadas, 55 mil desalojadas e cerca de 15 mil moradias entre danificadas e destruídas, além de estradas comprometidas, postos de saúde e pontes danificadas. Iniciaria a Operação Reconstrução, união de forças e medidas adotadas pelo governo de Pernambuco para reconstruir as cidades atingidas pela

enchente e que levaria a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), em 2012, a receber o prêmio Selo do Mérito, concedido pela Associação Brasileira de Cohab e Agentes Público de Habitação (ABC), a maior associação do Brasil na área de habitação.

O projeto "Enfrentamento a desastres naturais: uma experiência replicável", que apresenta uma série de medidas inovadoras adotadas pela Cehab-PE, através da Operação, foi a melhor experiência da categoria "Relevância nacional". À época, em parceria com diversos órgãos estaduais, foi criado o Comitê de Análise de Projetos (CAP), que acompanhou as medidas necessárias para a reconstrução.

A Operação Reconstrução reverteu o cenário de devastação: além de edificação de moradias, foram recuperadas estradas, pontes, hospitais, escolas, diversos equipamentos públicos, bem como a construção de barragens, em andamento, que evitarão a ocorrência de novos alagamentos na região. O sucesso da Operação Reconstrução deve-se, também, à parceria entre o Governo Federal, Cehab, Secretaria da Casa Militar de Pernambuco, Secretaria das Cidades e diversos órgãos estaduais.



Parceria e diálogo

Com o objetivo de dar continuidade a projetos inovadores, a SecHab irá lançar, neste ano, o Gabinete Metropolitano de Habitação, iniciativa pioneira que tem como objetivo fortalecer as parcerias entre governo e municípios na área habitacional, criando um espaço democrático de diálogo. O Gabinete será um espaço permanente para compartilhar com os municípios as principais questões metropolitanas, tornando-se uma ferramenta fundamental que auxiliará nas discussões mais relevantes do estado.

"Assim como a Operação Reconstrução, símbolo de um caso de sucesso da Cehab-PE, a Secretaria de Habitação de Pernambuco tem a convicção de que o Gabinete Metropolitano de Habitação também representará novas conquistas", ressalta Baptista.



A Industrialização da Produção Habitacional



Minha Casa
Minha Vida



Case: Aplicação do Sistema CONCRETO/PVC Global Housing no PMCMV 3

Enquanto o mercado aguardava ansioso pela terceira fase do PMCMV, o Ministério das Cidades já vinha sinalizando novidades. A mudança mais importante será a observância e aplicação da Norma de desempenho **ABNT NBR 15.575** (2013). Como a meta é dinamizar a produção das obras em níveis de qualidade e desempenho superiores aos proporcionados pelos sistemas construtivos “ditos” convencionais, os construtores serão incentivados a aplicar os sistemas construtivos industrializados capazes de gerar ganhos de produtividade, simplificando processos e diminuindo desperdícios, reduzindo o cronograma físico das obras e que proporcionem ganhos sócio-ambiental. Para tanto, o Ministério das Cidades já possui um órgão técnico – **SINAT**, que avalia e valida os métodos construtivos inovadores a luz das Normas Técnicas vigentes e aplicáveis. Algumas tecnologias vêm se destacando e liderando esse processo.

O CASE mais promissor é o Sistema em CONCRETO/PVC Global Housing System
(DATEC nº 17 – SINAT).

A tecnologia tem se mostrado altamente competitiva, eficiente e vem liderando a produção de obras nos grandes programas federais nas áreas de educação (creches do programa PRÓ-INFÂNCIA/FNDE-MEC) e saúde (UBSs e UPAs). No Sistema em CONCRETO/PVC Global Housing System as paredes são estruturadas com painéis de PVC já modulados e pré-montados de fábrica, preenchidas com concreto estrutural tendo as instalações elétricas e hidráulicas já embutidas. As fôrmas de PVC ficam incorporadas e cumprem a função de acabamento final, e também aceitam aplicação de todos os tipos de revestimento. A industrialização e a simplificação dos processos reduzem esta etapa em 90% do prazo necessário no sistema convencional,

sem a necessidade de mão de obra qualificada. O Sistema atende a **ABNT NBR 15.575** e já foi avaliado pelo SINAT (DATEC nº 17) em 2013, estando apto a ser aplicado em larga escala. O sistemista GH23 possui 03 fábricas no Brasil (**Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco**) com capacidade para produzir mais de três mil unidade/mês. A meta no curto prazo é a implantação de novas unidades industriais em todas as regiões para atender rápida e prontamente os construtores parceiros.

A relação entre o sistemista GH23 (www.gh23.com.br) e as construtoras está estruturada e apoiada num excelente sistema de gestão da qualidade que garante a transferência de tecnologia (planejamento, gestão e técnicas construtivas) e o suporte permanente com acompanhamento de todas as obras através de um setor de engenharia especializado. Já consolidado em outras áreas de aplicação, as primeiras experiências deste sistema na produção habitacional são promissoras.

Destaque:

PRÓ-INFÂNCIA: CRECHES EM 04 MESES

O Sistema em CONCRETO/PVC Global Housing System tem o melhor desempenho na produção das CRECHES do Programa Pró-Infância (FNDE-MEC), executando-se em 4 meses uma obra que levaria 30 meses no sistema convencional.





FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO